

Demonstrações Financeiras

Salto do Guassupi Energética S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Salto do Guassupi Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Salto do Guassupi Energética S.A.
Júlio de Castilhos (RS)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Salto do Guassupi Energética S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de venda de energia elétrica

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita; ii) avaliação das políticas contábeis relacionadas ao processo de reconhecimento de receita iii) verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de geração de energia e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica; iv) realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita; e v) avaliação das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Recuperação do ativo imobilizado - fase inicial de operação

Conforme divulgado nas notas explicativas 1, a Companhia encontra-se em fase inicial de operação e realizou investimentos relevantes na construção de sua barragem e usina. Como consequência, a Companhia necessitou de aportes de seus acionistas e financiamentos de terceiros para a conclusão da construção de sua planta e início de suas operações. A recuperação do investimento realizado pela Companhia no ativo imobilizado depende do sucesso na implementação do seu plano de negócios e os resultados de suas operações futuras. Por essas razões, consideramos a recuperação do ativo imobilizado, como um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos para avaliar e desafiar as premissas utilizadas pela diretoria na elaboração do seu plano de negócios. Dentre esses procedimentos, efetuamos: (i) avaliação da exatidão e integridade dos valores capitalizados bem como as informações utilizadas nas projeções; (ii) efetuamos leitura das atas de reunião da diretoria a fim de compreender a continuidade dos planos futuros e identificar potenciais informações contraditórias; (iii) verificamos a evolução física das obras, bem como das autorizações regulatórias obtidas da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL requeridas em certas etapas da obra, e; (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SC-000048/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cleverson Luis Lescowicz', is written over the printed name.

Cleverson Luis Lescowicz
Contador CRC-SC-027535/O

Salto do Guassupi Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81	34
Aplicações financeiras	4	1.128	1.467
Contas a receber	5	1.442	1.412
Partes relacionadas	6	1.585	-
Tributos a recuperar		1	1
Outras contas a receber	7	4.904	-
Total do ativo circulante		9.141	2.914
Ativo não circulante			
Imobilizado	8	115.217	126.247
Intangível		29	29
Total do ativo não circulante		115.246	126.276
Total do ativo		124.387	129.190
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo circulante			
Debêntures	9	6.232	6.072
Fornecedores	10	2.213	1.968
Obrigações sociais e trabalhistas		43	45
Tributos a recolher		223	306
Tributos diferidos		32	29
Outros passivos		202	4.302
Total do passivo circulante		8.945	12.722
Passivo não circulante			
Debêntures	9	48.735	49.763
Partes relacionadas	6	74.150	56.698
Provisão para gastos ambientais	11	784	279
Contingências	12	411	564
Total do passivo não circulante		124.080	107.304
Patrimônio líquido	13		
Capital social		20.630	20.630
Reservas de capital		4.000	4.000
Prejuízos acumulados		(15.466)	(7.578)
Prejuízos do exercício		(17.802)	(7.888)
Total do patrimônio líquido		(8.638)	9.164
Total do passivo		124.387	129.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional líquida	14	12.019	11.428
Custo do serviço prestado	15	(11.812)	(6.434)
Resultado bruto		207	4.994
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	15	(36.096)	(2.981)
Outras receitas	16	29.016	-
		(7.080)	(2.981)
Resultado antes do resultado financeiro		(6.873)	2.013
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		249	181
Despesas financeiras		(10.733)	(9.680)
		(10.484)	(9.499)
Resultado antes dos impostos		(17.357)	(7.486)
IRPJ/CSLL corrente	18	(442)	(402)
IRPJ/CSLL diferidos	18	(3)	-
Prejuízo do exercício		(17.802)	(7.888)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(469,50)	(208,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(17.802)	(7.888)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(17.802)</u>	<u>(7.888)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.630	4.000	(7.578)	17.052
Prejuízo do exercício	-	-	(7.888)	(7.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.630	4.000	(15.466)	9.164
Prejuízo do exercício	-	-	(17.802)	(17.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.630	4.000	(33.268)	(8.638)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes dos impostos	(17.357)	(7.486)
Depreciações	1.026	1.387
Encargos incorridos sobre passivos financeiros	5.318	5.646
Encargos incorridos sobre mútuos	5.259	3.893
Baixa de ativo imobilizado	31.793	649
Provisão de contingências e gastos ambientais	352	34
Redução (aumento) em:		
Contas a receber de clientes	(30)	242
Impostos a recuperar	-	21
Partes relacionadas	10.608	16.125
Outros ativos	(4.904)	-
Aumento (redução) em:		
Fornecedores	245	1.630
Obrigações sociais e trabalhistas	(2)	19
Obrigações tributárias	(525)	(285)
Outros passivos	(4.100)	4.302
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>27.683</u>	<u>26.177</u>
<u>Atividades de investimentos</u>		
Aquisição de ativo imobilizado	(21.789)	(19.646)
Aplicações financeiras	339	(638)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(21.450)</u>	<u>(20.284)</u>
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Pagamentos de debêntures	(6.186)	(5.881)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(6.186)</u>	<u>(5.881)</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>47</u>	<u>12</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34	22
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	81	34
Varição líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>47</u>	<u>12</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Salto do Guassupi Energética S.A. (“Salto” ou Companhia”), com sede em Julio Castilhos na Estrada da Quebra Dentes, s/n, no bairro Interior- Estado do Rio Grande do Sul é uma sociedade por ações constituída em 07 de julho de 2006. A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada a administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Guassupi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Júlio Castilho e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.931, de 26 de fevereiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa, prorrogáveis por mais 30 anos.

A geradora terá potência instalada de 12.199 kW e potência líquida de 12.016 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 5.000 kW do período de 2022 a 2051 através do leilão A-4 de 2019. No mês de dezembro de 2020 a Companhia iniciou suas operações e começou a gerar energia.

O estado do Rio Grande do Sul teve um grande volume de chuva nos meses de abril e maio de 2024, causando enchentes, alagamentos e deslizamentos em diversas regiões do estado. Ocasionalmente danos em partes de sua estrutura, a Companhia já havia parado sua operação para obras de recuperação do túnel. Durante o ano de 2025, quando estava finalizando os reparos dos danos de 2024, ocorreu outro sinistro de deslizamentos, gerando danos em toda a estrutura. A Companhia possui seguro para infraestrutura, e tem provisão de retorno das atividades no fim de abril de 2026. Para atender e honrar com seus contratos de venda de energia, a Companhia está fornecendo energia através de compra no MERCADO LIVRE e revendendo.

A Companhia requer investimentos e apoio financeiro para a continuidade operacional e investimento na infraestrutura na data de divulgação deste relatório, a diretoria administrativa confirma que os acionistas possuem capacidade e intenção suficientes para fornecer o suporte financeiro necessário para a referida Companhia continuar seus investimentos e para posterior operações como uma atividade contínua, proporcionalmente à sua participação acionária.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 31 de março de 2026.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo, e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Eles são classificados como circulante quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e o imposto de renda e contribuição social diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outro modo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais e foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

2.2. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Os ativos intangíveis são formados substancialmente por autorização de servidão.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

2.5. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.5. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.6. Custo das debêntures

Custos de debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de debêntures compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos a debêntures.

2.7. Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (I) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (II) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (III) a determinação do preço para cada tipo de transação; (IV) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (V) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- (I) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:
 - (a) *Suprimento de energia* - ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 80% da garantia física, que foi iniciado a partir de janeiro de 2022; e

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.7. Reconhecimento de receita--Continuação

(I) Suprimento de energia--Continuação

(b) *Suprimento de energia - ambiente livre*: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 20% da garantia física, a partir de janeiro de 2022. No exercício de 2025 toda energia gerada foi negociada em ambiente livre.

(II) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

2.8. Tributos

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 0% a 30%.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são computados tendo por base o regime do denominado "lucro presumido regime de competência". As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.8. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais --Continuação

2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025-- Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

- A receita de aluguel dentro da demonstração do resultado.
- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congêneras estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.12. Reforma tributária

A Companhia avaliou os potenciais impactos da Reforma Tributária do Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em e a partir de 31 de dezembro de 2025. Considerando o estágio atual de regulamentação e o cronograma de transição para a CBS, o IBS e o Imposto Seletivo, foram analisados os possíveis reflexos nas estimativas contábeis relevantes, incluindo testes de recuperabilidade de ativos, mensurações a valor justo, realização de créditos tributários, reconhecimento de tributos diferidos e avaliação da continuidade operacional. Até a presente data, com base nas informações disponíveis e nas premissas adotadas, não foram identificados impactos materiais que demandassem ajustes nas demonstrações financeiras, permanecendo a Administração atenta à evolução normativa e aos efeitos econômicos decorrentes da implementação do novo regime tributário.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	81	34
Aplicações financeiras	1.128	1.467
	<u>1.209</u>	<u>1.501</u>

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs remuneradas 100% das taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é substancialmente constituído pelos valores faturados no mês de dezembro, o qual será recebido em 1 parcela a partir do mês subseqüentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contas a receber	1.442	1.412
	<u>1.442</u>	<u>1.412</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

6. Partes relacionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo		
Circulante		
Rincão dos Albinos Energética S.A. (a)	<u>1.585</u>	-
	<u>1.585</u>	-
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo		
Não circulante		
Guassupi Participações S.A. (b)	<u>74.150</u>	56.698
	<u>74.150</u>	<u>56.698</u>

- (a) Os saldos a receber são referem-se a repasse de sinistros indenizados que foram recebidos pela Rincão dos Albinos Energética S.A., os quais serão recebidos no próximo exercício, sendo, portanto, classificados como ativo circulante.
- (b) Os saldos a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo é originado pelo pagamento de despesas da Companhia pela mutuante. As partes definiram entre si a atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito. Entretanto ao longo de 2025, a Companhia efetuou novos contratos de mútuos. Este montante foi repassado pela controladora para a Companhia.

7. Outras contas a receber

Os saldos representam substancialmente valores a serem recebidos de indenização de sinistros dos quais estão acordados com as seguradoras (vide notas explicativas 1 e 16).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Indenizações de sinistros	<u>4.903</u>	-
Outras contas a receber	<u>1</u>	1
	<u>4.904</u>	<u>1</u>

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Custo de aquisição			
Terrenos		4.629	4.629
Máquinas e equipamentos		25.683	25.662
Edificações		52.905	84.179
Móveis e utensílios		10	10
Imobilizado em curso		40.805	19.519
Adiantamentos a fornecedores		928	965
		124.960	134.964
Depreciação acumulada			
Móveis e utensílios	20%	(5)	(4)
Edificações	2% a 4%	(6.633)	(5.873)
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	(3.105)	(2.840)
		(9.743)	(8.717)
Total do imobilizado		115.217	126.247

Em 31 de dezembro de 2025 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultassem em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros, de forma a estimar o potencial do investimento frente ao seu valor atual. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, aliadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

Movimentações no ativo imobilizado em 2025

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Baixas*	Saldo em 31/12/2025
Custo de aquisição					
Terrenos	4.629	-	-	-	4.629
Máquinas e equipamentos	25.662	21	-	-	25.683
Edificações	84.179	12	-	(31.286)	52.905
Móveis e utensílios	10	-	-	-	10
Imobilizado em curso	19.519	21.289	-	(3)	40.805
Adiantamentos a fornecedores	965	467	-	(504)	928
	134.964	21.789		(31.793)	124.960
Depreciação acumulada					
Móveis e utensílios	(4)	-	(1)	-	(5)
Edificações	(5.873)	-	(760)	-	(6.633)
Máquinas e equipamentos	(2.840)	-	(265)	-	(3.105)
	(8.717)	-	(1.026)	-	(9.743)
Total do imobilizado	126.247	21.789	(1.026)	(31.793)	115.217

* Conforme explicado na nota explicativa 1 a Companhia passou por sinistros, do montante total R\$ 31.793 registrado em baixas, o montante no valor de R\$ 31.286, refere-se à constituição de provisão relacionada a sinistros, não caracterizando saída física de ativo, restando apenas o montante de R\$ 507 como baixa efetiva de itens identificados do imobilizado.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

Movimentações no ativo imobilizado em 2024

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Custo de aquisição						
Terrenos	4.629	-	-	-	-	4.629
Máquinas e equipamentos	25.649	15	-	(2)	-	25.662
Edificações	76.069	-	-	-	8.110	84.179
Móveis e utensílios	9	1	-	-	-	10
Imobilizado em curso	9.078	18.580	-	(29)	(8.110)	19.519
Adiantamentos a fornecedores	533	1.050	-	(618)	-	965
	115.967	19.646		(649)	-	134.964
Depreciação acumulada						
Móveis e utensílios	(4)	-	-	-	-	(4)
Edificações	(4.889)	-	(984)	-	-	(5.873)
Máquinas e equipamentos	(2.437)	-	(403)	-	-	(2.840)
	(7.330)	-	(1.387)	-	-	(8.717)
Total do imobilizado	108.637	19.646	(1.387)	(649)	-	126.247

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Debêntures

Em 05 de dezembro de 2019 foi assinada a Escritura de Emissão de Debêntures entre a Companhia e a instituição bancária Itaú Unibanco S.A., com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$50 milhões, com taxa indexada à taxa IPCA + spread de 4,525 % e prazo de 18 anos, sendo um ano e meio de carência. A emissão ocorreu em 30 de dezembro de 2019 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização customizada do principal terá início em 15 de junho de 2021, em 34 parcelas, com vencimento final em 15 de dezembro de 2037. O Agente Fiduciário nomeado é Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures captadas são para construção da PCH e possuem o seguinte saldo na data dos balanços:

	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures			
Itaú S.A.	IPCA + 4,525 a.a.	<u>54.967</u>	<u>55.835</u>
		<u>54.967</u>	<u>55.835</u>
Circulante		6.232	6.072
Não circulante		48.735	49.763

Mapa de movimentação de debêntures

A seguir demonstramos a movimentação em 2025:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>56.070</u>
Juros, atualização e custos de captação	5.646
Pagamentos	<u>(5.881)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>55.835</u>
Juros, atualização e custos de captação	5.318
Pagamentos	<u>(6.186)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>54.967</u>

Cronograma de amortização da dívida do não circulante

Ano	<u>31/12/2025</u>
2027	6.690
2028	6.973
A partir de 2029	<u>35.072</u>
	<u>48.735</u>

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Debêntures--Continuação

Obrigações da Companhia ("covenants")

A Companhia obrigasse a observar determinadas cláusulas de restrição "covenants" constantes dos contratos de debêntures, medidas com base nas demonstrações financeiras anuais ou trimestrais da Companhia contados a partir de 12 meses após início das operações, conforme descrito a seguir:

- Índice de Cobertura do Serviço de Dívida superior ou equivalente a 1,20x - sendo que o índice é a razão da "Geração de Caixa da Atividade no PRef" dividido pelo "Serviço da Dívida no PRef".

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia cumpriu todas as obrigações ("covenants") relacionados aos contratos de debêntures.

10. Fornecedores

Os saldos com fornecedores na data dos balanços são os seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	<u>2.213</u>	<u>1.968</u>
	<u>2.213</u>	<u>1.968</u>

11. Provisão para gastos ambientais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para gastos ambientais	<u>784</u>	<u>279</u>
	<u>784</u>	<u>279</u>

A Companhia e suas controladas realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da PCH e realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2025. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia está envolvida em determinadas questões judiciais. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas “prováveis”, e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas. Existem casos com probabilidade de perda consideradas como “possíveis” que somam o montante de R\$ 373, porém não possuem provisão. Abaixo quadro com o valor provável:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para contingências	<u>411</u>	<u>564</u>
	<u>411</u>	<u>564</u>

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.630 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 20.630 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por um total de 37.916 de ações (37.916 de ações em 31 de dezembro de 2024).

b) Resultado acumulado

O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação; i) 5% (cinco por cento), até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, serão destinados a reserva estatutária, sem prejuízo da utilização de outras reservas; ii) serão distribuído aos acionistas dividendo obrigatório, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) desses lucros, nos termos do estatuto da Companhia, norteado pelos artigos 201 a 203 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

c) Reserva legal

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, que prevê a constituição de reserva legal no montante de 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social da Companhia. No exercício de 2025 a Companhia não auferiu lucros.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

14. Receitas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta		
Venda de energia	12.472	11.863
	12.472	11.863
Deduções da receita		
ICMS sobre vendas	(2)	(2)
PIS e COFINS sobre vendas	(451)	(433)
	(453)	(435)
Receita operacional líquida	12.019	11.428

15. Despesas administrativas e gerais

A seguir demonstramos a despesa por natureza nas datas dos balanços:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Gastos por função		
Custo do serviço prestado	(11.812)	(6.434)
Despesas administrativas e gerais	(36.096)	(2.981)
	(47.908)	(9.415)
Gastos por natureza		
Custo aquisição de energia	(10.100)	(4.298)
Encargos de uso e conexão	(515)	(431)
Serviços de terceiros	(2.466)	(1.162)
Depreciação	(1.026)	(1.387)
Despesas com pessoal	(396)	(409)
Honorários contábeis	(43)	(40)
Assessoria jurídica	(249)	(10)
Viagens e estadias	(78)	(35)
Internet e telefone	(32)	(28)
Taxas e cartórios	(209)	(65)
Provisão para perdas de imobilizado (a)	(31.286)	(24)
Provisão para contingências e gastos ambientais	(352)	(34)
Seguros	(916)	(1.119)
Outras despesas	(240)	(373)
	(47.908)	(9.415)

(a) Vide nota explicativa 8.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

16. Outras receitas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Indenização de sinistros	29.016	-
	29.016	-

Conforme explicado na nota explicativa 1 a Companhia passou por sinistros, reconhecemos as indenizações de sinistros de acordo com os montantes já acordados com as seguradoras, sendo que o saldo a receber representa o montante de R\$ 4.903 (vide nota explicativa 7)

17. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Receitas aplicações financeiras	244	179
Descontos obtidos	5	2
	249	181
Despesas financeiras		
Juros e custo de debêntures	(5.318)	(5.646)
Outras despesas financeiras	(156)	(141)
Juros mútuos partes relacionadas	(5.259)	(3.893)
	(10.733)	(9.680)
Resultado financeiro	(10.484)	(9.499)

18. Reconciliação da alíquota efetiva

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Venda de energia	12.472	11.863
	12.472	11.863
Presunção IRPJ a 8%	998	949
Presunção CSLL a 12%	1.497	1.424
Outras receitas		
Receitas aplicações financeiras	244	179
	244	179
Impostos correntes		
Imposto de renda (15% a 25%)	(286)	(258)
Contribuição social (9%)	(156)	(144)
	(442)	(402)
Impostos diferidos		
Imposto de renda (25%)	(2)	-
Contribuição social (9%)	(1)	-
	(3)	-

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

19. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a debêntures, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber de partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	81	34
Aplicações financeiras	1.128	1.467
Contas a receber	1.442	1.412
Partes relacionadas – ativo	1.585	-
Fornecedores	2.213	1.968
Partes relacionadas - passiva	74.150	56.698
Debêntures	54.967	55.835

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

19. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um destes riscos, os quais são resumidos a seguir.

- (a) Risco de crédito: o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

- (b) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na Nota 9 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados.
- (c) Risco de desconstratação: A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo.
- (d) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a debêntures obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.
- (e) Risco de regulação: as atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

19. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

- (f) Gerenciamento de capital: a Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos quotistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes. A dívida líquida da Companhia em relação ao capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures	54.967	55.835
Menos: Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras	1.209	1.501
Dívida líquida	53.758	54.334
Total do patrimônio líquido	(8.638)	9.164
Dívida líquida e patrimônio líquido	45.120	63.498
Quociente de alavancagem	119%	86%

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. A Companhia, não está sujeita às exigências externas impostas de capital.

- (g) Risco Operacional: O Objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção da sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragem.
- (h) Risco hidrológico: O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega de energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de retração hidrelétrica da Companhia está inserida no MRE que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-se entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

21. Transações que não afetaram o caixa

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo resumidas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para gastos ambientais	784	279
Provisão para contingências	411	564